

## DISCURSO DE POSSE

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, na pessoa de quem cumprimento os integrantes da mesa diretora e as demais autoridades presentes e já nominadas.

Senhoras e Senhores,

*“Assumo a honrosa missão de dirigir os destinos do Egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado, por delegação dos ilustres pares, os quais, ultrapassando, magnanimamente, meus defeitos e limitações, honraram-me ao sufragar meu nome, para a presidência.”*

As palavras que acabo de proferir são as mesmas que meu pai, desembargador aposentado Sérgio Martins Sobrinho, um dos quatro precursores desta Corte, pronunciou na data de sua posse no cargo de Presidente do Tribunal de Justiça **EM UM** 1.º de fevereiro, dia do mês tal qual o de hoje, no longínquo ano de 1983.

Louvo a Deus o fato de meu pai, 40 anos depois, estar vivo e com saúde, podendo compartilhar conosco desse momento de júbilo.

Minha mãe, Elisabete Fernandes Martins, há de estar em sua eterna morada, comemorando esta data como se aqui estivesse, pois para

Deus nada é impossível e ela, devota de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e de São Judas Tadeu, com certeza, está usufruindo todo o bem que plantou aqui na terra.

Disse Einstein certa feita que Deus não joga dados. Acredito com fé que o maior cientista de todos os tempos está absolutamente certo.

Por isso, creio em um Deus transcendente e a Ele dirijo minha palavra inicial de gratidão por tudo o que obtive na minha vida e, em especial, pelo que está ocorrendo na data de hoje.

Desde a sua instalação, em 8 de janeiro de 1979, o Tribunal de Justiça reúne-se, em sessão solene, para a realização da abertura do ano Judiciário, dando posse a cada 2 anos à sua nova Diretoria.

Longe de ser um ato de rotina ou uma imposição legal-estatutária, estes eventos se revestem de um significado especial, porque evidenciam a continuidade dos trabalhos do Judiciário, atividade que delimita no tempo o poder de administrar, honrando assim um dos apanágios republicanos, bem como a certeza de que os homens podem confiar no desempenho da justiça.

De 1979 para cá foram 25 presidentes, tendo sido o desembargador Leão Neto do Carmo o primeiro, meu pai, desembargador Sérgio Martins Sobrinho, o 3.º, e o meu amigo,

desembargador Carlos Eduardo Contar, o qual tenho a honra de agora suceder, o vigésimo quinto.

Palmilhei detidamente os discursos de posse **DE UM A UM** dos que me antecederam e permito-me, nesta parte, ao inaugurar meu pronunciamento, relembrar trechos marcantes de algumas falas como forma de registrar o profundo respeito que nutro por aqueles que contribuíram para o erguimento desta monumental estrutura viva que é o Poder Judiciário Sul-Mato-Grossense.

Em janeiro de 1979, o desembargador Leão Neto do Carmo teve a oportunidade de registrar o surgimento e a instalação do TJMS, que iniciava a sua história em condições ideais para tornar-se de pronto o condutor da distribuição da justiça na novel unidade federada.

Na primeira década de existência, as administrações que se sucederam deram destaque ao objetivo do novo estado que sempre foi o de alcançar o desenvolvimento e a felicidade do nosso povo. Nesse sentido, aliás, seguiram-se os discursos do Des. Jesus de Oliveira Sobrinho, que ocupou a Presidência na sucessão do Des. Leão Neto do Carmo e do meu pai, Des. Sérgio Martins Sobrinho, que lhe sucedeu.

O desembargador Rui Garcia Dias, na condição de 4.º titular desta cadeira, deu ênfase à necessidade de fortalecimento do zelo e da disciplina interna, além da moderação nos custos dos serviços.

O desembargador Gerval Bernardino de Souza exaltou a necessidade de execução de um projeto para o Poder Judiciário que contemplasse a construção do prédio próprio do Tribunal de Justiça, com a sua adequação às nossas necessidades e a modernização dos serviços judiciários, com a introdução da informática.

Logo após, o Judiciário viu-se, em 1989, diante da nova Constituição Federal e da Carta Magna Estadual, as quais trouxeram mudanças significativas na prestação jurisdicional.

Nessa ocasião, quem tomou posse na presidência, caro amigo Bito Pereira, comandante em chefe, hoje, da sempre gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil, a quem de pronto agradeço as palavras de estímulo à nossa gestão, foi o desembargador Higa Nabukatsu, primeiro representante do Quinto Constitucional da advocacia, ocasião em que destacou a difícil conjuntura pela qual passava o país, exigindo de todos, indistintamente, sacrifícios, principalmente dos administradores.

Sucedeu-se então o desembargador Milton Malulei, que igualmente enfatizou a situação tormentosa que vivíamos, o que lançava reflexos negativos não só na administração do Poder Judiciário, mas

sobretudo na distribuição da justiça, atingindo fundamentalmente os jurisdicionados.

Adveio, caro amigo **ALEXANDRE MAGNO BENITEZ DE LACERDA**, Procurador-Geral de Justiça, na pessoa de quem agradeço a todos os representantes do Ministério Público aqui presentes, o hoje temido Controle Externo de Judiciário e do MP, o qual, à época, já preocupava o Presidente Nelson Mendes Fontoura, vindo do Quinto Constitucional do Ministério Público, tanto que alertou aquele indômito magistrado em seu discurso de posse que:

“Submetida a controles externos, a Justiça perderá a sua soberania, tornando-se fácil presa de interesses inconfessáveis e sujeitando-se ao domínio de facções e ao sabor de interesses de grupos”.

Nos idos de 1995, o desembargador Marcos Antônio Cândia, homem sábio, sempre sereno e calmo, irritou-se, imaginem, com o labéu da morosidade da Justiça, chegando a afirmar em sua fala de posse que:

“Ninguém aguenta mais isso. É insuportável! Chega! (...) O povo não quer mais saber de perder tempo: aquilo que funciona é prontamente aceito, recomendado aos amigos e parentes e passa a fazer parte da vida do cidadão; o que não funciona, o que é incompetente, é automaticamente marginalizado e relegado ao esquecimento.”

O tempo passou, mas os problemas obviamente não. A busca pela solução também não. As administrações se prepararam para enfrentar com grandeza as dificuldades que ainda viriam. Alguns Presidentes respaldados por maior e outros por menor condição.

O desembargador Nildo de Carvalho, por exemplo, chegou à Presidência lamentando as dificuldades financeiras, bem como as espantosas montanhas de processos aguardando tramitação e o avolumar dos anos de espera.

No entanto, nem sempre as dificuldades não podem ser superadas.

O desembargador Rêmolo Letteriello, dinâmico ex-presidente, em seu pronunciamento de posse, não deixou de remarcar uma breve anotação de que nosso judiciário passara por uma fase de ouro.

*“A ‘fase de ouro’ da breve história da nossa Justiça, marcada pelo quadriênio 1990-1994, não deveu-se apenas e tão-somente à excelência dos trabalhos desenvolvidos pelo segmento judiciário; restou instaurada, sem dúvida, também porque encontramos, nos demais Poderes, homens públicos sempre atentos e sensíveis aos reais problemas do Estado como um todo.”*

Aproveitando a exortação do Desembargador Rêmoló, agradeço a presença do Presidente eleito a Assembleia Legislativa **DEPUTADO GERSON CLARO**, com quem tenho certeza, haverá uma estreita colaboração.

Corações se encheram de ânimo, com toda certeza, considerando que, ao que tudo indicava, a fase mais difícil havia passado, tanto que o desembargador José Augusto de Souza apostou na formação e capacitação, priorizou os avanços tecnológicos e entregou o Fórum de Campo Grande, para em seguida, ser instrumentalizado pelo desembargador Rubens Bergonzi Bossay, cujo discurso de posse enfocou a celeridade do judiciário estadual. Como não poderia deixar de ser, a base elencada para acelerar o processo foi a tecnologia SAJ, Sistema de Automação da Justiça, levada naqueles anos para praticamente todo o estado, dando início, inclusive, ao primeiro processo totalmente virtual.

O desembargador Claudionor Miguel Abss Duarte, o segundo Presidente oriundo do Quinto Constitucional da advocacia, caro amigo conselheiro **MANSOUR ELIAS KARMOUCHE**, na pessoa de quem saúdo todos os advogados aqui presentes, chamou atenção para a coragem e o compromisso com a solução dos entraves do judiciário, afirmando:

“Necessário que as cúpulas dos órgãos que têm poder de interferir de forma útil e eficaz em relação ao problema estabeleçam um permanente fórum de debates e que o Judiciário se abra aos diferentes setores da sociedade, deles cobrando e recebendo

contribuições para que se modernize, no melhor sentido da palavra.”

Dois anos depois, o desembargador João Carlos Brandes Garcia emendou, com ênfase, o discurso de seu antecessor:

“A lei conspira no sentido de fazer com que o tempo de duração do processo contraste com o tempo emocional suportável pelas partes, em especial a lei processual com suas incontáveis possibilidades de resistência injustificada.”

Para enfrentamento das dificuldades, o desembargador Luiz Carlos Santini apostou no processo virtual e na transformação de Varas; o desembargador Hildebrando Coelho Neto evocou a renovação do judiciário e o desembargador Joenildo de Souza Chaves, a consolidação do processo eletrônico, os cartórios virtuais, cursos e melhores condições de trabalho para os servidores da Justiça.

Ações que se consolidaram e ganharam novo viés com a chegada do desembargador João Maria Lós à Presidência, que focou em alcançar eficiência, usando princípios constitucionais da Administração, baseados no emprego racional dos meios, controle dos serviços jurisdicionais e verificação das quantidades das decisões judiciais, prestigiando, principalmente, a qualidade.

E aqui, abro um parênteses para agradecer do fundo do coração as palavras gentis do nosso decano (**JOÃO MARIA LÓS**) de estímulo à futura gestão.

O desembargador Divoncir Schreiner Maran, visionário, assinalou preocupação com o futuro do Judiciário, enquanto Poder do Estado.

Na sequência, o desembargador Paschoal Carmelo Leandro reforçou o planejamento desenvolvimentista e a austeridade, flagrante necessidade de mudanças no Poder Judiciário em busca de uma administração social, de caráter dialógico/democrático.

Finalmente o desembargador Carlos Eduardo Contar sobressaiu que compete ao Judiciário levantar sua voz, sua força e seu poder, longe de ideologias e políticas contaminantes. Conclamou a todos para recolocar o Poder Judiciário sul-mato-grossense na vanguarda da justiça nacional, modernizando seu funcionamento, investindo em qualificação pessoal, reconstruindo a imagem de competitividade, agilidade, correção, orgulho e entusiasmo.

---

X

---

Pois bem. Depois desse apanhado geral da história das administrações, finalmente venho à minha fala.

Os trechos e resumos anteriores demonstram que os desafios se assemelham gestão após gestão, sendo a morosidade, a falta de recursos e a preocupação com a segurança jurídica, os gargalos que se arrastam pelo tempo no Poder Judiciário.

As soluções também andam por trilha estreita e vão do diálogo e do bom relacionamento com os demais Poderes do Estado, ao investimento em tecnologia, capacitação e inovação. Rogo, assim, que, fugindo do igual, fugindo do mais do mesmo, possamos fazer a diferença.

Meu compromisso prioritário é, sem dúvida, com a valorização da Justiça Sul-mato-grossense no desempenho das suas funções institucionais de prevenir e pacificar os conflitos sociais.

---

X

---

O papel do Poder Judiciário é promover a justiça entre as partes, não impor um sistema uniforme de ordens. A missão do juiz, sob juramento constitucional, é interpretar e aplicar as leis do nosso ordenamento jurídico com imparcialidade, dar segurança jurídica aos atos, garantir a liberdade pública, e os direitos privados. O juiz é a bandeira da esperança e da paz social.

O Poder Judiciário é um prestador de serviço. É imprescindível que o preste com qualidade. Sabida é a limitação dos recursos e o grande

volume de demandas que exigem de nós, para avançar no seu enfrentamento, muita criatividade e volumosos incrementos tecnológicos.

Por outro lado, da administração é exigida uma postura responsável e equilibrada, com limitações impostas por lei, tal como a de Responsabilidade Fiscal, além da observância ao teto de gastos.

Contudo, o Poder Judiciário precisa acompanhar o desenvolvimento do Estado. Não pode ficar a reboque. As administrações de André Puccinelli e de Reinaldo Azambuja, aos quais agradeço a honrosa presença nesta ocasião, impulsionaram de tal forma Mato Grosso do Sul que o judiciário precisa correr para não ser deixado para trás.

Governador Eduardo Riedel, o Estado de Mato Grosso do Sul está, **COMO NUNCA**, em boas mãos. Queremos compartilhar com Vossa Excelência o êxito certo de sua administração. Temos plena convicção de que saneado, inclusive com a sua participação na equipe do governo antecessor, o Estado está pronto para um salto de qualidade que o colocará nas primeiras posições do PIB brasileiro.

Quero anunciar à Vossa Excelência, e ao ex-Governador Reinaldo Azambuja, bem como a todos os presentes, que nossa administração irá copiar, se nos permitem, o modelo vitorioso implantado no Estado: os contratos de gestão. Todos as nossas 11

secretarias estão se preparando para, no início de março próximo, firmarem com a administração compromissos que pretendemos sejam cumpridos à risca.

Nessa linha, três pilares irão nortear esta Presidência:

- 1) Valorização da Magistratura e dos Servidores; 2) Pronto Atendimento e Plena Satisfação ao Jurisdicionado e à Classe dos Advogados; 3) Melhoria na Estrutura Física, Instalações e Obras.

O primeiro, passa pelo aprimoramento da prestação jurisdicional, pelas condições de trabalho, remuneração condizente de magistrados e servidores, e fortalecimento da instituição perante a sociedade e junto a todos que atuam no sistema de justiça estadual.

O segundo ponto está calcado em ter juízes presentes nas comarcas e que atendam aos jurisdicionados e aos advogados, também na limitação da liberação de servidores e magistrados para o serviço telepresencial, na celeridade dos atos processuais, principalmente no que se refere à Central de Processamento Eletrônico, a CPE, na melhoria da eficiência do SAJ e em incentivos para tornar o Núcleo de Soluções de Conflitos, o Nupemec, mais atuante e presente no dia a dia do Poder Judiciário.

Por fim, o terceiro pilar, erguer-se-à baseado na reformulação e reforma geral do Fórum de Campo Grande, na construção do Fórum de Maracaju, na implantação da produção de energia por células fotovoltaicas, já iniciada nessa gestão, na adesão ao sistema de internet via fibras óticas, que será implantado pelo executivo, na aceleração das obras do novo Palácio da Justiça, bem como outras reformas estratégicas em geral.

Além disto, estimularemos o uso das políticas de valorização, reestruturação, adequação de recursos humanos e boas práticas para proporcionar maior celeridade nas atividades jurisdicionais.

---

## X

---

Caminhando para o fim da minha fala, trago a baila a obra “O Federalista”, na qual Alexander Hamilton descrevia o Judiciário como “*o ramo menos perigoso*” do Estado, uma vez que não tinha influência alguma sobre a espada ou o erário. O Poder Judiciário não podia, na tradicional descrição da estrutura estatal, deliberar ativamente sobre questões políticas, dependendo, afinal, do Governo para executar as próprias sentenças.

Hoje não é assim. O Judiciário vem ganhando proeminência em questões consideradas típicas dos demais poderes. Ran Hirschl, professor da Universidade de Toronto, observou uma tendência global nesse processo, sinalizando o desenvolvimento das democracias constitucionais rumo ao que denomina de “juristocracia”, na qual o juiz não diz apenas sobre o Direito mas também sobre a Política.

O professor Cass Sunstein, da Universidade de Harvard, propõe, assim, um “giro institucionalista” em prol de um “**minimalismo judicial**”. Contudo, ainda que o Poder Judiciário precise decidir sobre questões anteriormente concentradas nos Poderes Executivo e Legislativo, é preciso evitar cair na tentação do ativismo.

Cabe ao Judiciário manter-se aberto à discussão democrática sobre os fundamentos políticos e morais da vida pública, deixando-os para serem decididos pelos indivíduos em suas vidas privadas ou pelo Poder Legislativo, na condição de representante legítimo do povo.

---

X

---

O momento no qual vivemos é carregado de ambiguidades e experimentações. Vejo que não deveria haver dúvida de que a nossa herança secular é preciosa e algo que devemos proteger em face da manutenção do sistema democrático.

Buscarei priorizar o exercício da atividade-fim do Poder Judiciário e trabalhar para que a prestação jurisdicional seja sempre célere e efetiva.

Além disso, a independência e o diálogo serão instrumentos fortes para alcançarmos os nossos objetivos nesses próximos dois anos. Para tanto vamos encontrar respostas, compartilhando intenções e acomodando as situações conflitantes.

Entendo que é preciso dar continuidade à performance exemplar de meus antecessores, cumprindo metas e oferecendo aos magistrados e servidores instrumentos que facilitem o seu trabalho, com investimento permanente em tecnologia, aperfeiçoamento do processo judicial eletrônico e dos mecanismos de gestão processual.

---

X

---

Agradeço a todos os que contribuíram e contribuem para que eu não esteja e não seja sempre igual, mas caminhando em constante processo de transformação e crescimento.

Resgato neste momento o memorável discurso proferido pelo ministro Ari Pargendler, Des. Marisa Ferreira dos Santos, ao assumir a presidência do Superior Tribunal de Justiça, que reportou-se ao Velho Testamento para se referir à estrutura física do sinédrio, antigo tribunal judaico, como metáfora aos Plenários dos Tribunais atuais.

Decifrando a simbologia do semicírculo que muito lembra os anfiteatros greco-romanos, narrou como os juízes caminhavam paulatinamente rumo ao centro da estrutura conforme progrediam na judicatura. Ao final, ocupavam posição de frente à abertura do semicírculo. Reproduzo as palavras do ministro, aplicando-as à minha vida: *“Há quinze anos sentei, pela primeira vez, quase de costas para a abertura do semicírculo. Hoje sento, de frente para essa abertura”, de onde vejo a sociedade que dela se descortina*”.

Ao longo de pouco mais de quinze anos também passei por cada uma dessas cadeiras que formam o semicírculo. A Presidência coincide com a chegada ao centro, momento de, parafraseando a expressão de Rui Barbosa, “*acabar a tarefa*”. Mas, com que elementos? “*com os que herdou, e os que cria*”, responde o Águia de Haia. Herdo a Presidência de um Tribunal **CIOSO** de sua função, apto a exercê-la de modo eficiente e compatível com as demandas da sociedade. Agora é hora de dar minha contribuição maior, retribuindo ao Poder Judiciário por tudo o que angariei, no trajeto, em termos de experiência, aprendizado e conhecimento.

Contarei para tanto com dois valorosos e brilhantes colegas na administração: os desembargadores Dorival Renato Pavan, Vice-Presidente, que substituirá o Desembargador Sideni Soncini Pimentel; e Fernando Mauro Moreira Marinho, Corregedor-Geral de Justiça, que sucede o especial amigo, também oriundo da advocacia, Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva. Agradeço por emprestarem o seu potencial à nossa gestão e peço-lhes, desde já, a compreensão por eventuais falhas da minha parte.

É hora de agradecer à minha esposa, Eliana, amor da minha vida, sem a qual jamais teria chegado à posição que ocupo. Ela é a responsável por tudo que conquistei. Rezo a Deus todos os dias para tê-la do meu lado até o final dos meus tempos. Obrigado, Eliana, pelos imensos sacrifícios que fez por mim e por nossa família.

Agradeço também ao meu filho, Sérgio Augusto, que é um exemplo daquilo que eu gostaria de ter sido para meus pais. Carinhoso, educado, amoroso, inteligente. Enfim, virtuoso ao extremo. Tenho

convicção que terá pleno êxito em sua jornada na vida que mal está se iniciando.

Obrigada Carolina, minha enteada, por ser uma companheira para sua mãe e boa filha. Que Deus a abençoe na sua vida.

Agradeço a existência do meu neto, Gabriel, que aos seis anos de idade já nos dá tantas alegrias e esperanças no futuro.

Agradeço, por fim, aos meus parentes, primas, primos (Dom Eduardo Pinheiro, Bispo de Jaboicabal, Sobrinhos / Dom Dimas) e em especial, à minha irmã e meu cunhado, Ana Cristina e Luiz Orcírio, que sempre estiveram ao meu lado e me apoiaram.

Amigos do nosso Estado e de outros tantos lugares que vieram para esta solenidade, sou-lhes muito grato pelo convívio e pela alegria de tê-los em minha companhia.

Coragem, determinação e bons propósitos nunca me faltaram. Lembro novamente de Guimarães Rosa, que disse: *“o que a vida quer da gente é coragem”*.

Como o Rei Salomão, ao iniciar os seus dias de governo de Israel, peço a Deus que me dê sabedoria para enfrentar os desafios e cada contingência que se apresentar nessa nova caminhada.

Tenho a sorte de presidir esse Tribunal, onde todos compartilham da ambição cívica de concretizar o melhor interesse público e, justamente por essa razão, consignei, logo no início desta fala, o meu eterno carinho aos que se sentaram nesta cadeira.

Que Deus nos abençoe e guarde porque, ainda vaticinando Rui Barbosa, **o amanhecer do trabalho há de antecipar-se ao amanhecer do dia.**

Assim, finalizando, e finalizando mesmo, repito o que disse meu querido pai em 1983:

*“Assumo a honrosa missão de dirigir os destinos do Egrégio Tribunal de Justiça do nosso Estado”.*

Assim o faço!